



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO Nº 020/2021
MODO DE DISPUTA ABERTO**

Processo nº: 043/2021
Modalidade: Pregão 020/2021
Edital nº: 020/2021
Forma: Eletrônica
Tipo: Menor Preço por Lote.

Objeto: A contratação de empresa para fornecimento de reagentes e materiais de consumo para realização de exames laboratoriais e manutenção dos 2 (dois) novos equipamentos adquiridos pela secretaria de saúde sendo 1 aparelho analisador hematológico Counter 29 da marca Wiener-lab e 1 aparelho analisador bioquímico CM 250 da marca Wiener-lab , conforme condições, locais, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender as Unidades Básicas de Saúde do Município de Perdizes MG.

O Município de Perdizes – MG, com endereço à Avenida Gercino Coutinho, 27 – Segundo Andar – Centro, por meio do setor de Licitações, através do Pregoeiro **Fabiano Lemos Teixeira** e equipe de apoio designados pelo decreto nº **2.771 (de 23 de Abril de 2021)**, será regido pela Lei nº 10.520/02, Decretos nºs. 3.555, 3.693, 3.784, 3.722, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, e demais normas pertinentes, que Aprova o Regulamento para a Modalidade de Licitação Denominada Pregão, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica e Decreto Municipal nº 2.306 de 26 de maio de 2021, que regulamenta o Pregão na Forma eletrônica no Município e demais condições fixadas neste edital, Tornar público, para conhecimento dos interessados, que, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço por lote**.

INICIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 31/05/2021 às 08::00 (Oito) horas.

ANALISE DE PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO A PARTIR:

Dia 15/06/2021 às 08:30 (Oito e trinta) horas.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

DO OBJETO:

A contratação de empresa para fornecimento de reagentes e materiais de consumo para realização de exames laboratoriais para atender as unidades básicas de saúde do Município de Perdizes MG, com as especificações constantes no anexo I, deste edital.

1. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

2.1 O presente procedimento licitatório é disciplinado pela Lei nº 10.520/02, Decretos nºs. 3.555, 3.693, 3.784, 3.722, pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, e demais normas pertinentes, que Aprova o Regulamento para a Modalidade de Licitação Denominada Pregão,



Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

3 DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

3.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

3.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1 **Poderão participar deste Pregão** os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

4.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

4.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO (TERMO DE REFERÊNCIA);

4.4 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93;

4.6 **Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele



correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

4.6.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horários limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

a.1 – Para todas as empresas com exceção das MEI's.

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 165,41	R\$ 211,58	R\$ 288,71	R\$ 407,15

a.2 – Para as MEI's.

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 142,10	R\$ 201,50	R\$ 250,10	R\$ 365,30

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei nº 10.520/02.

4.6.1 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

4.6.2 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Perdizes, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

4.6.3 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

4.6.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

4.6.5 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

4.6.6 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Perdizes, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

4.6.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

4.7 Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas



nos casos a seguir:

4.7.1 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 8666/1993. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

4.7.2 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.7.3 Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município;

4.7.4 Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

4.7.5 Empresas cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público da Prefeitura Municipal de Perdizes – MG;

4.8 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

4.8.1 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

4.8.2 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

4.8.3 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

4.8.4 Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

4.8.5 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

4.8.6 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.8.7 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;



5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

5.2 As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

5.2.1 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

5.3 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

5.4 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

5.5 Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

5.6 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

5.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

5.8 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.9 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

5.10 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

5.11 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de



quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1 No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;

7.2 O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;



- 7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta está definido no Termo de Referência;
- 7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;
- 7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 7.15 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;
- 7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.17 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 7.18 Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 7.19 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 7.20 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 7.21 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo



dos atos realizados;

7.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;

7.23 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.25 **Nos casos específicos**, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

7.26.1 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;

7.26.2 Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

7.26.3 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.26.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.26.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.26.6 Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.27 -O disposto no item 7.26 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.28 Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:



7.28.1 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.28.2 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93);

7.28.3 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.28.4 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.26 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

8.27 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.28 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.29 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.30 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.31 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e



justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro;

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.6.3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.6.4 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.6.5 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.6.6 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.6.7 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.6.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.6.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.26 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;



9.1.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.1.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

9.1.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

9.1.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

9.1.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.1.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.1.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.11 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

9.27 OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

9.27.1 Ato Constitutivo;

9.27.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

9.27.1.2 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor¹, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

9.27.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



- 9.27.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 9.27.1.5 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- 9.27.1.6 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;
- 9.27.2 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- 9.27.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- 9.27.4 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- 9.27.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- 9.27.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- 9.27.7 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- 9.27.8 Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- 9.27.9 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- 9.27.10 Para qualificação técnica será exigido os seguintes documentos:
- 9.27.11 Alvará Sanitário ou Licença Sanitária / Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (inciso IV do art. 30, inciso V do art. 28 ambos da Lei nº 8.666/93 e art. 4º, XIII, da Lei nº 10.520/2002), conforme o caso (inciso IV do art. 30, inciso V do art. 28 ambos da Lei nº 8.666/93 e art. 4º, XIII, da Lei nº



10.520/2002);

9.27.12 Certidão de responsabilidade técnica do conselho regional de farmácia ou de biomedicina ou outro conselho que se engloba neste quesito, com vigência.

DECLARAÇÕES:

9.27.13 - Anexo II – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

9.27.14 - Anexo VIII – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

9.27.15 - Anexo V – Modelo de Declaração de Idoneidade;

9.27.16 - Anexo VI – Modelo de Declaração que não Emprega Menor;

9.27.17 - Anexo VII – Modelo de Declaração que não Possui em seu Quadro Societário Servidor Público da Ativa;

9.28 O objeto social descrito no ato constitutivo referente ao item (9.2.1) deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado;

9.29 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei Federal 8.666/93;

9.30 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

9.31 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

9.32 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

9.33 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

9.34 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

9.35 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

9.36 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste



Edital;

9.37 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

9.38 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

9.39 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

9.40 As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.26 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.26.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.26.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

10.26.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

10.26.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

10.26.5 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93);

10.26.6 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

10.26.7 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

10.26.8 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

11 DOS RECURSOS:



11.26 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

11.27 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

11.28 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

11.29 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

11.30 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.31 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.26 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.27 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.28 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

12.29 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

12.30 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



14 DO CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato;

14.2 Prazo de Vigência do Contrato: O Prazo de Vigência do Contrato inicia-se na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2021;

14.3 Condições de Pagamento: O Pagamento será efetuado em até 30(Trinta) dias após a entrega do item licitado, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente;

14.4 Da Entrega dos Itens: O local de entrega deste objeto será no Laboratório municipal Dr. Carlos Roberto Rassi localizado à praça Getulio Antonio Borges do Prado nº 10 bairro Divineia (referencia: Santa Casa de Perdizes). Horário para entregas do objeto será das 08:00 às 17:00 horas de segunda a sexta feira;

14.5 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

14.6 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura de Municipal situada na Avenida Gercino Coutinho, 27, Segundo Andar, no Centro da Cidade de Perdizes, para a assinatura do Termo de Contrato, ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceite e assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.7 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do contrato;

14.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato;

15 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

15.1 O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas nas Leis Federais 8.666/93 e Lei 10.520/2002, e suas alterações.

16 DA ENTREGA DO ITEM

16.1 O Item deverá ser entregue no prazo máximo de 07(sete) dias após o recebimento da Autorização do Fornecimento.

17 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

17.1 DA CONTRATADA:



17.1.1 Promover a entrega dos itens homologados a seu favor, de acordo com as Descrições e prazos determinados no Edital e seus anexos, independente ou não de sua Transcrição.

17.1.2 - O Item deverá ser entregue em até 07 (sete) dias após Emissão da Autorização do Fornecimento. O local de entrega deste objeto será no Laboratório municipal Dr. Carlos Roberto Rassi localizado à praça Getulio Antonio Borges do Prado nº 10 bairro Divineia (referencia: Santa Casa de Perdizes). Horário para entregas do objeto será das 08:00 às 17:00 horas de segunda a sexta feira.

17.2 DA CONTRATANTE:

17.2.1 Efetuar os Pagamentos na forma e prazo estabelecido na cláusula quarta;

17.2.2 Proceder a conferência dos itens Homologados, de acordo com as exigências contidas no edital e anexos.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1 **AOS LICITANTES:** Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Perdizes, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 10% do valor do contrato e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, **o ADJUDICATÁRIO que:**

18.1.1.1 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

18.1.1.2 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

18.1.1.3 Não mantiver a proposta;

18.1.1.4 Falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;

18.1.1.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

18.2 Não será aplicada multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

18.3 **À CONTRATADA:** Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardada os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

b. 05% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;



- c. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o **MUNICÍPIO DE PERDIZES**, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- d. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO DE PERDIZES**. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção;
- e. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- f. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e
- g. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada;
- h. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

19 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

19.2 A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/;

19.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

19.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;

19.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

19.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no



certame;

19.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

19.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 As despesas para o presente processo licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	FICHA
FAE	02.37.03.10.302.0064.2.092.339030	861
PAB	02.37.01.10.301.0064.2.093.339030	852

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

21.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

21.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

21.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

21.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Perdizes;

21.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

21.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



21.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://www.perdizes.mg.gov.br/licitacao/licitacao.php>, e www.licitanet.com.br, e também poderão ser lidos ou obtidas cópias no setor de Licitações, situado na Avenida Gercino Coutinho, 27 – Segundo Andar – Centro, Perdizes/MG, CEP: 38.170-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 12:30 às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

21.11 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

21.12 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

21.13 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

21.14 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

21.15 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e releva omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93;

21.16 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

21.17 As decisões do Pregoeiro serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: <http://www.perdizes.mg.gov.br/licitacao/licitacao.php>;

21.18 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

21.19 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Perdizes revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

21.20 Para atender a seus interesses, o Município de Perdizes poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93;

21.21 O Município de Perdizes poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

21.22 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Perdizes-MG;



PREFEITURA DE
PERDIZES

21.23 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo V – Modelo de Declaração que não Emprega Menor;

Anexo VI – Modelo de Declaração que não Possui em seu Quadro Societário Servidor Público da Ativa;

Anexo VII – Modelo de Minuta de Contrato;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

Perdizes, 27 de Maio de 2021.

Antônio Roberto Bergamasco
Prefeito

Ray Teles de Sousa Lemos
Presidente da C.P.L



PREFEITURA DE
PERDIZES



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

A contratação de Empresa para efetuar compras de reagentes e materiais de consumo para realização de exames laboratoriais feitos no laboratório municipal de acordo com as demandas de exames realizados neste local e também manutenção dos dois novos equipamentos adquiridos pela secretaria de saúde sendo 1 aparelho analisador hematológico Counter 29 da marca Wiener-lab e 1 aparelho analisador bioquímico CM 250 da marca Wiener-lab , conforme condições, locais, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA / FINALIDADE:

2.1. A presente solicitação tem como justificativa a contratação de empresas que forneça reagente e matérias para realização de exames de sangue, urina, fezes, pois o numero de habitantes aumentou muito nos últimos anos, tivemos um aumento no corpo medico no Pronto Atendimento, nas Unidades básicas de Saúde tanto na cidade quanto na zonas rural do município. Com este aumento, aumentou também as solicitados vários exames, assim, também tivemos um aumento no número de exames realizados no laboratório que antes o paciente teria que pagar em laboratório particular, agora sendo todos de forma gratuita e sem quantitativos diários de exames, ou seja todos os pacientes que precisar serão atendidos pelo laboratório municipal de Perdizes.

2.2. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE MENOR PREÇO GLOBAL, POR LOTE:

Quanto à escolha da licitação em lotes, onde uma única empresa deve apresentar os diversos reagentes para os diferentes exames e distintas entre si e manutenção dos aparelhos, trata-se de um direito discricionário da Secretaria Municipal de Saúde de Perdizes/MG e visa aspectos operacionais, com vistas a otimizar os exames realizados por cada aparelho o que traz mais vantagens e benefícios para o contratante, garantindo





PREFEITURA DE
PERDIZES



melhores condições para operacionalização, execução e acompanhamento do contrato que terá mais qualidade sem sofrer solução de continuidade.

O reagentes de cada lote apesar de ser utilizadas para fazer vários exames diferentes em um único aparelho, diversas e distintas entre si, não prescinde da operacionalização integrada, ou seja, deve facilitar a gestão coordenada das diversas informações, o que significa dizer que os reagentes da mesma marca devem necessariamente “conversar entre si”, serem interligados, dependendo uns dos outros de forma unificada, possibilitando ao gestor uma visão articulada, pois se cada reagente for de uma marca pode correr risco de danos no aparelho e este tipo de dano a garantia não cobre.

Indubitável que se várias empresas participarem do certame e cada uma vier a ganhar uma marca, a resultante será uma grande dificuldade da Secretaria Municipal de Saúde de Perdizes/MG para usar varias marcas em um so aparelho, além de correr o risco de haver prejuízo para a Secretária de Saúde tanto quanto a quase intransponível barreira para responsabilização de um ou de outro fornecedor no caso de má qualidade do produto ou serviços entregues pelo licitante/contratado.

A escolha da licitação para os reagentes e manutenção, com critério de julgamento de menor preço global em lote não é restritivo à participação de empresas, nem é novidade na remansosa jurisprudência dos Tribunais de Contas, favorecendo, inclusive, a Secretaria Municipal de Saúde não só no que diz respeito à própria realização da licitação, como também, e principalmente, no gerenciamento da execução contratual.

O menor preço global por lote propiciará à Secretaria Municipal de Saúde de Perdizes/MG a obtenção de melhores propostas, permitirá a materialização da economia de escala, tendo em vista o vulto maior de oferta em melhores condições quanto a valores e itens, possibilitando também ao(a) Pregoeiro(a) maior capacidade na negociação dos preços praticados. Enfim: o bom resultado nesse tipo é tanto por questões técnicas como também econômica, avultando maior vantajosidade na aquisição desses serviços.

Ademais, resta indubitável que agrupamento dos vários itens por lote não compromete a competitividade do certame, já que várias empresas, que atuam no mercado de reagentes para realização de exames para





PREFEITURA DE
PERDIZES



administração pública, em especial para o setor da produção da atenção básica da Secretaria de Saúde, estão em condições e aptas para cotar e fornecer todos os itens, resultando em considerável ampliação da competitividade, gerando, conseqüentemente, inúmeras repercussões positivas num processo de licitação pública, dentre estas, a de aumentar a probabilidade de um contrato mais vantajoso, haja vista que ela recebe mais propostas, beneficiando a eficiência em contratos administrativos.

A finalidade do objeto licitado que é a contratação de empresas que forneça os reagentes, os materiais para realização de exames laboratoriais e também para realização das manutenções dos aparelhos, de acordo com a demanda de exames, solicitados pelos médicos do Pronto Atendimento e das Unidades Básicas de Saúde para atender a população do município de Perdizes.

O Tribunal de Contas da União se pronuncia no sentido de que “a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada para o caso (Acórdão nº 732/2008)”.

Conseqüentemente, por motivos outros além da economicidade, celeridade, e finalidade, a indispensabilidade pelo nexos de correlação entre o todo e o fim circunstanciam a necessidade por lotes para compra dos reagentes e manutenção dos aparelhos.

O desmembramento ou fracionamento do objeto licitado, ensejaria dificuldade quanto a este indispensável nexos, pois, as empresas trabalham de formas distintas, o que prejudicaria o planejamento e celeridade.

Há que se atentar ainda para o fato de que o § 1º do art. 23 da lei nº 8.666/93 é expresso ao prescrever que os serviços serão divididos quando a técnica e a economicidade sejam viáveis.

Em outro sentido, havendo a quebra da técnica e possível lesão à economicidade, é viável a indivisibilidade dos serviços, não se afigurando qualquer lesão à competitividade.

A aquisição dos serviços licitados em um lotes decorre também de aspectos operacionais, com vistas a otimizar as atividades de gestão do evento, o que traz mais vantagens e benefícios para a Secretaria de Saúde garantindo





PREFEITURA DE
PERDIZES



melhores condições para operacionalização, execução e acompanhamento do contrato que terá mais qualidade sem sofrer solução de continuidade.

Por se tratar o objeto da licitação de reagentes e manutenção dos aparelhos e os itens apresentarem funcionalidades ou requisitos que se completam e noutras vezes chegam a ser mesmo idênticos, eis que o fato de serem subdivididos entre os aparelhos para realização dos exames a prestação dos serviços por lote trará nítida desoneração burocrática; diminuição do risco de desorganização; maior possibilidade de se atingir o fim almejado; redução do comprometimento operacional, conseqüentemente, possibilidade de êxito em sua realização e preservação da garantia caso ocorra algum estrago nos aparelhos.

A necessidade de que a Secretaria de Saúde deve buscar sistema único é evitar a pulverização de responsabilidades em diversos fornecedores dos reagentes e garantindo que as atividades serão executadas um única vez, trazendo com isso qualidade nas informações e evitando desperdício de pessoal e financeiro.

A utilização de reagentes de marcas diferentes que não se interagem, de diversos fornecedores, é antieconômica, antiprodutiva, sobrecarrega a administração, as informações não se integram, corre o risco de perder a garantia dos aparelhos, enfim, diversos são os fatores que justificam a necessidade de ser por lotes.

2.3. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS LICITADOS:

Também deve ser justificada a continuidade dos serviços licitados. Serviços executados de forma contínua são aqueles que não podem ser interrompidos; fazem-se "sucessivamente", sem solução de continuidade e, por apresentar necessidade permanente, presume-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Perdizes/MG, deles se valerá em todos os exercícios financeiros.

A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço.





Por outro lado, e na medida em que a necessidade a ser atendida é permanente, torna-se muito problemático interromper sua prestação, risco que poderia ser desencadeado se houvesse necessidade de promover licitação a cada exercício financeiro orçamentário.

Este processo será dividido por lote pelo motivo de ser dois aparelhos distintos e novos com os termos de garantia vigentes e também um lote de manutenção dos aparelhos, ficando assim uma mesma marca ganhadora para todos os reagentes licitados, não correndo o risco de marcas diferentes usando no mesmo aparelho e correndo o risco de perder a garantia dos equipamentos.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

LOTE 01

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID
1	1	ÁCIDO ÚRICO LÍQUIDO - MÉTODO ENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO DE ÁCIDO ÚRICO EM SORO OU PLASMA. REATIVO PRONTO PARA USO. VOLUME MÍNIMO: 250 ML (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
	2	AEO - MÉTODO IMUNOTURBIDIMÉTRICO PARA A DETERMINAÇÃO DE ANTIESTREPTOLISINA O EM PLASMA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	8	KT
	3	AGP - MÉTODO IMUNOTURBIDIMÉTRICO PARA A DETERMINAÇÃO DE A-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA EM SORO OU PLASMA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	8	KT
	4	ALBUMINA - MÉTODO VERDE DE BROMOCRESOL PARA A DETERMINAÇÃO DE ALBUMINA. REATIVO PRONTO PARA USO. VOLUME MÍNIMO: 6 X 120 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
	5	ALP - MÉTODO CINÉTICO PARA DETERMINAÇÃO DE FOSFATASE ALCALINA EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: MÍNIMO: 100 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT





6	ALT - MÉTODO UV PARA DETERMINAÇÃO DE ALANINA AMINOTRANSFERASE EM SORO OU PLASMA. REATIVO PRONTO PARA USO. VOLUME MÍNIMO: MÍNIMO: 250 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
7	AMILASE - MÉTODO CINÉTICO CNPG3 PARA DETERMINAÇÃO DA AMILASE EM SORO, PLASMA OU URINA. REATIVO PRONTO PARA USO. VOLUME MÍNIMO: 30 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
8	AST - MÉTODO UV PARA DETERMINAÇÃO DE ASPARTATO AMINOTRANSFERASE EM SORO OU PLASMA. REATIVO PRONTO PARA USO. VOLUME MÍNIMO: 250 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
9	BILIRRUBINA DIRETA - MÉTODO COLORIMÉTRICO PARA DETERMINAÇÃO DE BILIRRUBINA DIRETA EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 240 ML (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
10	BILIRRUBINA TOTAL - MÉTODO COLORIMÉTRICO PARA DETERMINAÇÃO DE BILIRRUBINA TOTAL EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 240 ML (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
11	CÁLCIO ARSENAZO - MÉTODO COLORIMÉTRICO (ARSENAZO III) PARA DETERMINAÇÃO DE CÁLCIO EM SORO, PLASMA OU URINA. VOLUME MÍNIMO: 250 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	12	KT
12	CALIBRAÇÃO DE TESTES ANALÍTICOS EM METODOLOGIAS AUTOMATIZADAS (CALIBRADOR MULTIPARAMÉTRICO PARA BIOQUÍMICA). VOLUME MÍNIMO: 6 ML (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
13	CALIBRADOR COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE AEO EM METODOLOGIA AUTOMATIZADA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
14	CALIBRADOR COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE AGP EM METODOLOGIA AUTOMATIZADA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
15	CALIBRADOR COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE FERRITINA EM METODOLOGIA AUTOMATIZADA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
16	CALIBRADOR COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE FR EM METODOLOGIA AUTOMATIZADA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO	14	KT





PREFEITURA DE
PERDIZES

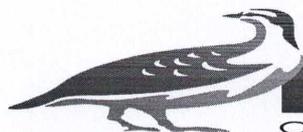


	AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)		
17	CALIBRADOR COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE HBA1C EM METODOLOGIA AUTOMATIZADA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
18	CALIBRADOR COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE MICROALBUMINÚRIA EM METODOLOGIA AUTOMATIZADA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	7	KT
19	CALIBRADOR COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE PROTEÍNA C REATIVA EM METODOLOGIA AUTOMATIZADA. (NO MÍNIMO 6 NÍVEIS DE CALIBRAÇÃO). (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
20	CAPACIDADE DE LIGAÇÃO DE FERRO: MÉTODO COLORIMÉTRICO DIRETO PARA A DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE LATENTE DE LIGAÇÃO DE FERRO (UIBC) EM SORO OU PLASMA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
21	CK MB - MÉTODO DE DUPLA SENSIBILIDADE PARA DETERMINAÇÃO DE CK MB EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 70 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
22	COLESTEROL - MÉTODO ENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO DE COLESTEROL EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 400 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
23	COLINESTERASE - MÉTODO ENZIMÁTICO- CINÉTICO PARA DETERMINAÇÃO DA COLINESTERASE EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 60 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	12	KT
24	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DA FRUTOSAMINA. VOLUME MÍNIMO: 10 ML.	14	KT
25	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DA ISOENZIMA MB DE CREATINA QUINASE. VOLUME MÍNIMO: 9 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
26	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DAS PROTEÍNAS URINÁRIAS. VOLUME MÍNIMO: 6 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	7	KT





PREFEITURA DE
PERDIZES



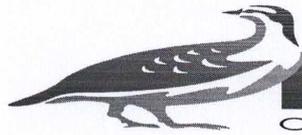
PREFEITURA DE
PERDIZES
Cuidando das pessoas, fazendo acontecer!

27	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE AEO (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
28	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE AGP (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
29	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE FATOR REUMATOIDE (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
30	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE FERRITINA (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
31	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE HBA1C (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
32	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE MICROALBUMINÚRIA (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	7	KT
33	CONTROLE DE QUALIDADE COM CONCENTRAÇÃO PARA O TESTE DE PROTEINA C REATIVA (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
34	CONTROLE INTERNO DE BIOQUÍMICA NORMAL E PATOLÓGICO - VOLUME MÍNIMO: 30 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	22	KT
35	CPK - MÉTODO UV PARA DETERMINAÇÃO DE CREATINA FOSFOQUINASE EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 120 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
36	CREATININA - MÉTODO ENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO DE CREATININA EM SORO, PLASMA OU URINA. VOLUME MÍNIMO: 60 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	20	KT
37	FERRITINA - MÉTODO IMUNOTURBIDIMÉTRICO PARA A DETERMINAÇÃO DE FERRITINA EM SORO OU PLASMA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	8	KT
38	FERRO - MÉTODO COLORIMÉTRICO DIRETO PARA DETERMINAÇÃO DE FERRO EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 120 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT
39	FÓSFORO - MÉTODO UV PARA DETERMINAÇÃO DE FÓSFORO EM SORO, PLASMA OU URINA. VOLUME MÍNIMO: 100 ML. (UTILIZAÇÃO EM	12	KT





PREFEITURA DE
PERDIZES



PREFEITURA DE
PERDIZES
Cuidando das pessoas, fazendo acontecer!

	APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)		
40	FR - MÉTODO IMUNOTURBIDIMÉTRICO PARA A DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE EM SORO OU PLASMA. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	8	KT
41	FRUTOSAMINA - MÉTODO COLORIMÉTRICO (NBT) PARA A DETERMINAÇÃO DE FRUTOSAMINA EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 100 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	12	KT
42	GAMA GT - MÉTODO SZASZ MODIFICADO PARA DETERMINAÇÃO DE G-GLUTAMIL TRANSFERASE EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 100 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
43	GLICOSE - MÉTODO COLORIMÉTRICO PARA DETERMINAÇÃO DE GLICOSE EM SORO, PLASMA, URINA OU LCR. VOLUME MÍNIMO: 1000 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
44	HBA1C - MÉTODO DE INIBIÇÃO IMUNOTURBIDIMÉTRICA PARA A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE HBA1C EM SANGUE TOTAL. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	8	KT
45	HDL - MÉTODO COLORIMÉTRICO DIRETO PARA DETERMINAÇÃO DE COLESTEROL HDL EM SORO OU PLASMA COM CALIBRADOR. VOLUME MÍNIMO: 80 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
46	LACTATO - MÉTODO COLORIMÉTRICO PARA DETERMINAÇÃO DE LACTATO EM PLASMA E LCR. VOLUME MÍNIMO: 72 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	10	KT
47	LDH - MÉTODO CINÉTICO PARA DETERMINAÇÃO DE DESIDROGENASE LÁTICA EM SORO, PLASMA E LCR. VOLUME MÍNIMO: 120 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	10	KT
48	LIPASE - MÉTODO CINÉTICO PARA DETERMINAÇÃO DE LIPASE EM SORO E PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 32 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
49	MAGNÉSIO - MÉTODO CPZ PARA DETERMINAÇÃO DO MAGNÉSIO EM SORO, PLASMA OU URINA. VOLUME MÍNIMO: 100 ML (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	12	KT
50	MICROALBUMINÚRIA - MÉTODO IMUNOTURBIDIMÉTRICO PARA A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE	4	KT





PREFEITURA DE
PERDIZES



		MICROALBUMINÚRIA EM URINA (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)		
	51	PROTEÍNA C REATINA - MÉTODO IMUNOTURBIDIMÉTRICO COM LÁTEX PARA A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA EM SORO OU PLASMA. FAIXA DE MEDIÇÃO MÍNIMA: 0.2 - 100 MG/L. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
	52	PROTEÍNAS TOTAIS - MÉTODO COLORIMÉTRICO PARA DETERMINAÇÃO DE PROTEÍNAS TOTAIS EM SORO. VOLUME MÍNIMO: 6 X 120 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	12	KT
	53	PROTEÍNAS URINÁRIAS - MÉTODO COLORIMÉTRICO PARA DETERMINAÇÃO DE PROTEÍNAS URINÁRIAS NA URINA E NO LCR. VOLUME MÍNIMO: 100 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	7	KT
	54	TRIGLICÉRIDES - MÉTODO ENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO DE TRIGLICÉRIDES EM SORO OU PLASMA. VOLUME MÍNIMO: 400 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	17	KT
	55	UREIA - MÉTODO UV PARA DETERMINAÇÃO DE URÉIA NO SORO, PLASMA OU URINA. VOLUME MÍNIMO: 500 ML. (UTILIZAÇÃO EM APARELHO AUTOMATIZADO CM 250 - WIENER)	14	KT

LOTE 02

Lote	Item	Descrição	Qtde	Unid
2	1	KIT DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (SEMESTRAL), NO EQUIPAMENTO MARCA WIENER MODELO CM250, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA, DESLOCAMENTO PARA APLICAÇÃO, KIT DE MANUTENÇÃO PARA A TROCA DE PEÇAS E ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE, CONTENDO AS SEGUINTE PEÇAS:	2	KT
	2	MANGUEIRAS DE AGUA E ESGOTO TUBULAÇÕES LÂMPADA VERIFICAÇÃO E CALIBRAÇÃO DE TODO O SISTEMA	2	KT





		ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE, CONTENDO AS SEGUINTE PEÇAS: MANGUEIRAS DE AGUA E ESGOTO LÂMPADA TEFLON CABO SINAIS DO BRAÇO VERIFICAÇÃO E CALIBRAÇÃO DE TODO O SISTEMA		
	3	SOLUÇÃO DE LAVAGEM TWEEN 20 (TWAA) PARA EQUIPAMENTO CM 250.	5	FRASCO
	4	CUBETAS DE REAÇÃO 06 MM PARA O EQUIPAMENTO CM 250 - PACOTES COM 1.200 UNIDADES.	3	PACOTE
	5	BLOCO SECADOR PARA SISTEMA DE LAVAGEM DO EQUIPAMENTO CM 250 C/ 3 UNIDADES.	4	PACOTE
	6	LÂMPADA PARA EQUIPAMENTO CM250	9	UN

LOTE 03

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID
3	1	DILUENTE - 20 L PARA CONTADOR HEMATOLÓGICO COUNTER 29 - WIENER-LAB COM CÓDIGO DE BARRAS	17	KT
	2	LISANTE PARA DISSOLUÇÃO DE RBC's E DIFERENCIAL WBC's PARA CONTADOR HEMATOLÓGICO COUNTER 29 - WIENER-LAB COM CÓDIGO DE BARRAS - 500 ML	17	KT
	3	LISANTE PARA DISSOLUÇÃO DE RBC's, REALIZA A CONTAGEM DE WBC's E MEDIDAS DUFERENCIAIS DE BASÓFILOS E HEMOGLOBINA PARA CONTADOR HEMATOLÓGICO COUNTER 29 - WIENER-LAB COM CÓDIGO DE BARRAS - 100 ML	14	KT
	4	REAGENTE DE LIMPEZA PARA PROBE PARA CONTADOR HEMATOLÓGICO COUNTER 29 - WIENER-LAB - 50 ML	14	KT
	5	SANGUE CONTROLE HEMATOLOGICO 5 PARTES DIFERENCIAIS	14	KT

4. REQUISITOS NECESSARIOS:

- 4.1. Os requisitos previstos no artigo 28, 29 da 8666/93.
- 4.2. Todos os materiais contidos nesta lista terá que ter registro na ANVISA, e enviado o documento que comprove junto com o pedido quando solicitado.
- 4.3. Todos os materiais terão que ter na sua embalagem o numero de registro no Ministério da Saúde ou outro ministério competente exceto os matérias que não requer registro do Ministério da saúde.
- 4.4. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária / Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (inciso IV do art. 30,





inciso V do art. 28 ambos da Lei nº 8.666/93 e art. 4º, XIII, da Lei nº 10.520/2002), conforme o caso (inciso IV do art. 30, inciso V do art. 28 ambos da Lei nº 8.666/93 e art. 4º, XIII, da Lei nº 10.520/2002);

4.5. Certidão de responsabilidade técnica do conselho regional de farmácia ou de biomedicina ou outro conselho que se engloba neste quesito, com vigência.

4.6. Segue outros requisitos que serão avaliados no item 6.8.

5. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Não há necessidade de critérios específicos para aceitabilidade da proposta.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

6.1. O objeto deverá ser novo e Original, nunca utilizado; não sendo permitido objetos reformados, remanufaturados e usados, mesmo que estes apresentem bom estado de conservação.

6.2. Para a preservação do patrimônio do município, manter a qualidade dos bens e principalmente a confiabilidade dos resultados dos exames realizados neste laboratório, todos os reagentes tem que ter registro na ANVISA, os materiais como vidrarias terão que ser produtos de boa qualidade para evitar acidentes no manuseio dos mesmos.

6.3. O fornecedor ficara responsável pela entrega dos itens solicitado em perfeitas condições, todos dentro de suas devidas embalagens originais e lacradas, de forma a garantir sua integridade, caso seja solicitado algum item que seja conservado em temperatura de 2 a 8 °C, o mesmo devera ser entregue em caixas térmicas apropriadas para o transporte, caso chegue algum item com algum dano, fica assim o fornecedor responsável pela troca do item sem custo adicional.

6.4. O fornecedor terá que entregar os itens solicitado com a validade mínima de 12 meses, com exceção aos materiais que tem a validade curta especificado pelo fabricante, caso a empresa mande algum item com validade abaixo do exigido que são 12 meses, iremos solicitar a troca e a empresa ganhadora terá que efetuar a troca do item. A prefeitura não enviara por conta





PREFEITURA DE
PERDIZES



própria seja por transportadora ou correios, este gasto de devolução será exclusivo da empresa ganhadora.

6.5. Os itens solicitados pela prefeitura à empresa ganhadora do pregão será de forma parcelada, ou seja, será pedido de acordo com as necessidades da Secretaria de saúde, porém o pedido realizado a empresa terá que fazer a entrega total do mesmo, não aceitaremos entrega parcial do pedido.

6.6. No momento do recebimento do Objeto, a CONTRATANTE; caso julgue necessário, poderá solicitar o parecer de um técnico atestando a integridade física e também o cumprimento do solicitado no item 6.1. Caso isto aconteça, a confirmação do recebimento será diferida até que se tenha um laudo técnico ou testemunho de pessoa que reúna experiência e notório saber acerca do Objeto.

6.6.1 Caso a CONTRATANTE exerça o previsto no item 6.6, esta deverá informar à(ao) CONTRATADO(A) conforme item 9.2.6.

6.7. A entrega do(s) material(is) só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo CONTRATANTE e deverá ser realizada perante Comissão de Recebimento especialmente designada para tal fim, que adotará os seguintes procedimentos:

6.7.1. Provisoriamente: de posse dos documentos apresentados pela CONTRATADA e de uma via do contrato e da proposta respectiva, receberá o(s) material(is) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela CONTRATADA, ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

6.7.2. Definitivamente: após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias).

6.8. Deverão ser observadas para cada um dos lotes as seguintes exigências:

6.8.1. Para o lote 1

6.8.1.1. O licitante deverá apresentar junto à proposta comercial, registro do produto na Anvisa.





PREFEITURA DE
PERDIZES



6.8.1.2. Descrição completa do produto oferecido.

6.8.1.3. O licitante deverá apresentar carta de autorização de comercialização e prestação de serviços técnicos e científicos emitido pelo fabricante ou detentor do registro na Anvisa.

6.8.1.4. Poderá ser solicitado, em qualquer momento do certame, bulas ou instruções de uso dos produtos, afim de analisar metodologias e especificações subjetivas ou omitidas.

6.8.1.5. O licitante vencedor, será responsável durante a vigência do contrato, por prestar assessoria científica nos produtos que se fizerem necessários.

6.8.1.6. Todos os itens deverão ser da mesma marca comercial, mesmo fabricante, líquidos e prontos para uso.

6.8.1.7. Os controles e calibradores deverão contemplar todos os analitos solicitados sendo da mesma marca dos reagentes.

6.8.1.8. Deverá o licitante realizar a programação e implantação presencial de todos os reagentes, controles e calibradores no equipamento CM250 marca Wiener-lab.

6.8.2. Para o lote 2

6.8.2.1. Todas as peças devem ser originais do equipamento CM 250 – Marca Wiener-lab.

6.8.2.2. Descrição completa do produto oferecido.

6.8.2.3. O licitante deverá apresentar carta de autorização de comercialização e prestação de serviços técnicos e científicos emitido pelo fabricante ou detentor do registro na Anvisa.

6.8.3. Para o lote 3

6.8.3.1. Sob pena de desclassificação, o licitante deverá apresentar junto à proposta comercial, registro do produto na Anvisa.

6.8.3.2. O licitante vencedor, será responsável durante a vigência do contrato, por prestar assessoria científica nos produtos que se fizerem necessários.

6.8.3.3. Os reagentes deverão ser específicos para o equipamento Counter 29 – marca Wiener-lab diferencial de cinco partes com o fornecimento dos respectivos códigos de barras, indispensáveis para seu funcionamento.

6.8.3.4. Soro controle comercial para hematologia de cinco partes com três níveis, em caso de marca distinta do equipamento, apresentar carta do

